



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 17.753/2006 (Apenso nº 054.000.569/2005 - PMDF)

PARECER Nº 1.143/2009 - DA

EMENTA: Reforma. Lei nº 7.289/84. Polícia Militar do Distrito Federal. Proventos proporcionais. Incapacidade definitiva para o serviço policial-militar. Diligência preliminar. Decisão nº 6.338/2006. Cumprimento. Nova diligência. Cumprimento. Instrução sugere legalidade com determinação. Parecer divergente do Ministério Público de Contas. Insubistência de motivos para não-reaproveitamento do militar. Nova diligência.

Retorna o presente feito que versa sobre a reforma do Soldado PM Marcus Vinicius de Souza Sabóia, matrícula nº. 17.766-0, com proventos proporcionais, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial militar, podendo prover os meios de subsistência, em decorrência de enfermidade, contraída sem nexos com ato de serviço (*CID H53.0: Ambliopia por anopsia e H54.5: Visão subnormal em um olho*), conforme parecer proferido pela Junta Ordinária de Inspeção de Saúde da Corporação (fl. 01 - apenso).

2. O militar reformou-se em 03.05.2005, com fulcro no artigo 94, inciso II, da Lei nº 7.289/84, combinado com os artigos 20, § 1º, inciso II, e 25 da Lei nº 10.486/02, conforme atos de fls. 18, 41 e 51 - apenso.

3. Examina-se, nesta oportunidade, o cumprimento da diligência ordenada pela Decisão nº 620/2009 (fl. 83), vazada nos seguintes termos:

O Tribunal (...) decidiu: I - determinar a baixa dos autos em nova diligência junto à Polícia Militar do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da Corporação; II - autorizar a remessa do parecer ministerial de fls. 61/66 à Corporação para efeito de subsidiar o cumprimento da presente diligência. Vencido o Conselheiro JORGE CAETANO, que votou pelo acolhimento da instrução, no que foi seguido pelo Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.

4. A Unidade Técnica destacou que, em atendimento, a PMDF informou, às fls. 79/80 – apenso, “que o reaproveitamento do militar em outras atividades, antes da concessão da sua reforma, por incapacidade definitiva para o serviço, não foi implementado porque: “a) embora a Corporação disponha de serviços administrativos a serem realizados por militares, o militar em questão não exerceu tais serviços, “... haja vista que nos dois anos anteriores a sua reforma o mesmo se encontrava de dispensa médica”; b) a passagem do militar à reforma deu-se em razão de o militar ter sido considerado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, cumprindo a Diretoria de Inativos e Pensionistas apenas o disposto no Estatuto dos policiais-militares.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

5. Detectou consideração da Corporação no sentido de que, mesmo que o militar não tivesse sido julgado incapaz definitivamente para o serviço, o mesmo teria sido reformado com base no inciso III do art. 94 da Lei nº 7.289/84 (*agregação por mais de 2 anos em virtude de ter sido julgado incapaz temporariamente para o serviço, mediante homologação da JSS*).

6. Aduziu que a diligência determinada na Decisão nº 620/09 foi atendida, embora a PMDF não tenha respondido diretamente ao questionado na Decisão. Asseverou que, em vez se esclarecer “*se houve agravamento da incapacidade do militar que o impedisse de realizar outras atividades na Corporação*”, informou-se, em síntese: “*a impossibilidade de reaproveitar o militar porque o mesmo estava de licença médica nos dois anos anteriores a sua reforma, a passagem ex-officio do militar à reforma, por força legal, e a possibilidade de enquadramento da reforma do militar em outro dispositivo legal*”. Ressaltou que as respostas não condizem com os dados constantes dos autos, “*haja vista que, de acordo com a ficha de assentamentos, às fls. 4/5 – apenso, o militar, submetido à inspeção de saúde em 07.05.03, cerca de 2 anos antes de sua reforma, foi considerado apto para o serviço da Corporação com restrições para algumas atividades, iniciando, inclusive, licença especial a partir de julho de 2003, não havendo informação de que o militar fora considerado incapacitado temporariamente para o serviço*”.

7. Concluiu, todavia, que apesar da “*a insubsistência da resposta da Corporação no atendimento da aludida diligência do Tribunal, ainda que o militar fosse submetido à nova inspeção de saúde, com vistas à reavaliação de seu estado de saúde, objetivando o seu reaproveitamento em outra atividade da Corporação, consigne-se, nos termos do art. 100, § 1º, da Lei nº 7.289/84, que o militar não poderia retornar ao serviço ativo, porquanto está na situação de reformado desde 03.05.05, ou seja, há mais de 2 anos*”.

8. Assim, a par de analisar os demais aspectos pertinentes à reforma, observou que a fundamentação legal da concessão e a apuração do tempo de serviço estão corretas, sem embargo de reiterar algumas impropriedades detectadas nas parcelas do abono provisório (*Complemento de Soldo, Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Tempo de Serviço, Gratificação de Representação e VPE*), as quais considerou que podem ser corrigidas posteriormente. Finalizando, sugeriu ao eg. Tribunal:

I – ter por cumprida a Decisão nº 620/09;

II – considerar legal, para fim de registro, a reforma em exame;

III – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal para que adote as seguintes providências, as quais poderão ser objeto de verificação em futura fiscalização:

a) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68 – apenso, para:

1- excluir a parcela Complemento de Soldo, uma vez que, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor das Cotas de Soldo era maior que o valor do salário-mínimo nessa data;

2- considerar a base de cálculo das parcelas Adicional de Posto ou Graduação, Adicional de Certificação Profissional, Adicional de Tempo de Serviço e Gratificação de Representação como sendo, apenas, na data da vigência da concessão (03.05.05), o valor de 16 Cotas de Soldo da graduação do militar (R\$ 325,31);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

- 3- corrigir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço para 12%;*
- 4- fixar a parcela VPE em R\$ 160,31, que é o valor da mesma na data da vigência da concessão (03.05.05);*
- b) observar os reflexos das medidas ordenadas anteriormente no SIAPE;*
- c) tornar sem efeito os documentos substituídos.*

9. Expostas as considerações externadas pela zelosa Inspetoria, passo a analisar o presente feito, reiterando, de antemão, que, consoante consignado no Parecer anterior, depreende-se que os esclarecimentos ofertados pela Corporação Militar acerca das providências adotadas para não reaproveitar o militar em outras atividades, compatíveis com a deficiência que adquiriu (*ambliopia por anopsia + visão subnormal em um olho*), merecem temperamentos.

10. Em face dos questionamentos levantados em análise pretérita, a informação da Corporação havia sido no sentido de que “1- o militar foi reavaliado por Junta Oftalmológica, que manteve a incapacidade definitiva para o serviço da Corporação, com possibilidade de trabalho na iniciativa privada, 2- os procedimentos clínicos e cirúrgicos atuais, se empregados no militar, resultam em prognóstico reservado quanto à possibilidade de algum ganho funcional, e 3- o militar não pode ser considerado inválido, apesar da evolução desfavorável de sua doença” (fl. 53). Acrescentou-se, ainda, que a impossibilidade de readaptação se baseou na falta de amparo legal junto a diploma jurídico próprio, justificando que, por força constitucional, cabe ao militar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, atividades que pressupõem o uso de fardamento e de arma de fogo. Considerou-se que o militar em exame encontra-se impedido de exercer não somente tais atividades, em razão de sua limitação física, mas também outras tarefas estranhas a sua missão constitucional.

11. Desta feita, a despeito da diligência ordenada, no sentido de que se verificasse “se houve o agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da Corporação” (Decisão nº 620/2009), a PMDF limitou-se a reiterar o contido na peça de fl. 53 (cópia ora juntada à fl. 81 –apenso), além de enfatizar que o miliciano encontrava-se de licença médica até a reforma e, ainda que tivesse sido julgado incapaz temporariamente, em decorrência de moléstia curável, por força legal, deveria passar à situação de inatividade.

12. Sob esse prisma, não é despidendo repisar que, no citado Parecer nº 1.423/2006-DA, deixei assente que, em que pese reconhecer que a acuidade visual seria indispensável para a atuação do policial militar, o aproveitamento, no serviço público, de servidor em outras atividades inerentes ao cargo ocupado, compatíveis com sua incapacidade física, está diretamente associada ao processo evolutivo que ocorre no meio social e legislativo para inclusão de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho, especificamente na esfera pública.

13. Embora as atribuições do policial militar estejam explicitadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigo 144, § 5º), bem como em estatutos próprios (Lei nº 7.289/84, alterada pela Lei nº 7.475/86, e Lei nº 10.826/03, regulamentada pelo Decreto nº 5.123/04), conforme bem anotado pela Corporação Militar (fl. 53), impende frisar



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

que a Carta Magna estabelece, no artigo 203, incisos III e IV, entre as diretrizes da seguridade social, cabe ao Estado a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

14. Reitere-se que, se há legislações protetoras para o ingresso no serviço público, por que a Administração Pública não poderia desenvolver meios para o reaproveitamento do militar em atividades compatíveis com a incapacidade física a que fora acometido, possibilitando, assim, a continuidade de sua vida laborativa, notadamente pelo fato de que a readaptação de servidor tem fim social, pois atende tanto o órgão ao qual vinculado quanto ao próprio interessado. Se, por um lado a Administração desonera-se do pagamento prematuro da aposentadoria ou reforma, cuja despesa atinge toda sociedade, permanecendo a usufruir da experiência, dos conhecimentos e dos serviços do servidor, por outro, o militar preserva a sua auto-estima e assegura a estabilidade financeira, haja vista que, caso sua reforma se dê em grau hierárquico inferior ao que poderia obter, resta obstada a possibilidade de promoção na carreira, havendo perda salarial indesejada e até prejudicial à sua sobrevivência.

15. Nessa linha, importante trazer à lume a recente Súmula nº 45 da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU de 15.09.2009, pg. 79, a qual visa preservar o direito dos portadores de “visão monocular” a concorrerem, em concursos públicos, nas vagas reservadas aos portadores de deficiência, possibilitando-lhes maiores inserções na vida profissional ativa, o que reforça a idéia da “readaptação” daqueles que sofram limitações funcionais. Eis o teor do Enunciado:

“Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes.”

16. Nesse sentido, considero que não há impedimentos legais para que a Corporação Militar adote procedimentos para reaproveitar os militares que venham a ser diagnosticados com incapacidade definitiva para o serviço de policial militar em outras funções dentro do Quadro de Pessoal da PMDF que não estejam diretamente ligadas às atividades ditas “de rua”, gozando, assim, de todas as prerrogativas inerentes à carreira, mesmo acometidos por lesões orgânicas, a teor do disposto na Decisão Normativa nº 01/2005.

17. Ademais, é consabido que existem diversos policiais militares exercendo funções administrativas, fora da ruas. Não seria desarrazoado, portanto, aproveitar, se possível, servidores militares acometidos de moléstia que limite suas capacidades para o serviço policial militar regular, mas não os incapacitou para o exercício de atividades compatíveis com as lesões sofridas.

18. Dessa forma, no entender Ministerial, conclui-se que a diligência não foi atendida a contento, devendo ser reiterada à Corporação a determinação para que verifique se houve agravamento da incapacidade que acometeu o militar de forma que o impeça de executar outras atividades no âmbito da PMDF, sob pena de identificação dos responsáveis



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

pelo descumprimento e aplicação das sanções cabíveis, aliada à propositura de ilegalidade da concessão.

19. Pelo exposto, lamentando dissentir da Inspetoria, opina este **Parquet** pela conversão do feito em nova diligência com vistas à adoção das medidas indicadas no parágrafo precedente, sem embargo das correções no abono provisório e no SIAPE alvitadas pelo Corpo Instrutivo.

É o parecer.

Brasília, 22 de setembro de 2009.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador do Ministério Público de Contas do DF